

RELATÓRIO INFRAESTRUTURA



Ano 11 • Número 7 • Agosto de 2014 • www.cni.org.br

destaques do mês

CNI propõe a candidatos ao Planalto 42 ações para desenvolver Indústria

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) apresentou 42 propostas do setor industrial aos candidatos que disputarão a Presidência da República em outubro. De acordo com a Confederação da Indústria, as ações em prol da competitividade recomendadas pela entidade deveriam ser implantadas pela administração federal de forma integrada, para que não ficassem espalhadas entre ministérios e agentes do Governo. A CNI também ponderou no documento entregue aos presidenciáveis que o Brasil investe pouco em infraestrutura. Conforme a instituição, o País investe atualmente R\$ 73 bilhões ao ano em infraestrutura, o que equivaleria a 5% do Produto Interno Bruto (PIB). Na visão da Confederação, o Governo precisaria investir no setor cerca de R\$ 175 bilhões por ano. Nas contas da Confederação, há um déficit anual de R\$ 102 bilhões entre o que é investido em infraestrutura e o que deveria ser investido. O conjunto de ações proposto pela CNI defende ainda o aumento da participação do setor privado nos serviços públicos, por meio de concessões e parcerias público privadas (PPPs). (28.07.2014 - Baseado em G1)

Cerca 30% das grandes obras do PAC estão inacabadas

As vésperas de anunciar a terceira versão do Programa de Aceleração do Crescimento, o Governo Federal ainda tenta concluir uma de cada quatro obras mais relevantes do PAC 1, lançado em 2007. De acordo com o balanço oficial dos primeiros quatros meses de execução do Programa, dos 101 projetos destacados como mais importantes, 27 não foram concluídos e 4 foram abandonados. O programa inicial previa o total de 1.646 projetos, orçados em R\$ 503,9 bilhões. Já o PAC 2, lançado pela Presidente Dilma em 2011, incorporou empreendimentos não realizados no PAC 1 e estimou investir R\$ 955 bilhões. Atrasos constantes e mudanças no planejamento inicial acabaram alterando orçamentos nesses sete anos. Segundo o documento do Governo, todas as obras do PAC 1 consideradas relevantes deveriam estar prontas ou em operação em 2014. Nessa lista, estão grandes projetos, como a usina hidrelétrica de Belo Monte, a transposição do Rio São Francisco e a refinaria Abreu e Lima (em Pernambuco), todos ainda em andamento. Das 70 obras concluídas, mais da metade estourou o prazo. Entre os casos extremos está a reforma do aeroporto de Vitória (ES), que só deve ser concluída dez anos depois. (03.08.2014 - Baseado em Folha de São Paulo)

painel

■ ANEEL abre consulta pública sobre descontos na tarifa

A Agencia Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) abriu consulta pública cujo objetivo é discutir a regulamentação de critérios para a concessão de descontos na tarifa, em consonância com o princípio da isonomia. Os interessados podem enviar contribuições até o dia 22/9/2014. Mais informações: www.aneel.gov.br



Primeiros trilhos da Ferrovia de Integração Oeste-Leste chegam ao porto de Ilhéus

O primeiro lote de trilhos que farão parte da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol) chegou ao Porto de Ilhéus e está sendo armazenado na Companhia das Docas do Estado da Bahia (Codeba). Os trilhos são destinados ao Lote 4 da Fiol, em Caetité. O Presidente da Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A, José Lúcio Lima Machado, destacou que todos os contratos para o fornecimento de trilhos estão assinados. "Entre agosto de 2014 e agosto de 2015, teremos recebido um total de 234.790 toneladas de trilhos destinados à Fiol e à Ferrovia Norte-Sul (FNS).", disse Para o Diretor de Engenharia da Valec, Mário Rodrigues Júnior, "a chegada dos trilhos elimina um gargalo para a condução do avanço físico e cumprimento do cronograma, permitindo o desenvolvimento de uma seqüência executiva das obras".. (05.08.2014 - Baseado em Portos e Navios)

Ajuda às elétricas deve aumentar conta de luz em 8 pontos percentuais em 2015

O Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Romeu Rufino, afirmou que o impacto do empréstimo dos bancos para as distribuidoras será de 8 pontos percentuais na tarifa de energia. Esse aumento será repassado à conta de luz dos consumidores a partir de 2015 e permanecerá na tarifa por dois anos. "O reajuste leva em consideração um conjunto de fatores, mas podemos dizer que o empréstimo terá um impacto no reajuste dessa ordem de grandeza (8 pontos percentuais)", afirmou Rufino. O início do repasse dependerá da data do reajuste tarifário anual de cada distribuidora. O Diretor-Geral tentou voltar atrás no tamanho do impacto ao afirmar que outros fatores podem ajudar a mitigar a alta, de forma a reduzir o valor do reajuste de 2015. (29.07.2014 - Baseado em Veja)

Impasse com Eletrobrás pode parar térmicas

Um impasse no pagamento de combustível fornecido a usinas termelétricas pode afetar o fornecimento de energia em parte da Região Norte do País. As usinas em questão são responsáveis por cerca de 30% da energia consumida em Manaus.A Petrobras informou à Eletrobras que, a partir do dia 1º de agosto, passará a fornecer óleo combustível só com pagamento à vista. O motivo é um débito de R\$ 850 milhões que uma subsidiária da Eletrobrás, a Amazonas Energia, tem com a petroleira. (03.08.2014 - Baseado em Folha de São Paulo)

Caixa e Banco do Brasil socorrem Eletrobras com R\$ 6,5 bilhões

A Eletrobras informou que fechou a captação de empréstimo de R\$ 6,5 bilhões junto ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal. A operação terá garantia da União e os recursos serão destinados, segundo a estatal, à conclusão de metas de seu plano diretor de negócios. (22.07.2014 - Baseado em Valor Econômico)



Licitação para obras nas eclusas de Tucuruí está suspensa

A licitação que prevê a retirada de uma corredeira de pedras da hidrovia do Tocantins, no Pará, emperrou mais uma vez. A situação, que trava a navegação no rio, mantém as eclusas da hidrelétrica de Tucuruí praticamente inutilizadas há quase quatro anos. No mês passado, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) teve de cancelar a sua mais recente tentativa de licitar a obra, depois de o edital ser questionado por empresas interessadas no projeto. O Tribunal de Contas da União (TCU) também pediu que fosse alterada a modalidade de contratação, que chegou a ter custo estimado em cerca de R\$ 520 milhões. O Dnit informou que está alterando itens do edital e que a republicação sairá em agosto. (27.07.2014 - Baseado em Estado de São Paulo)

Plano para aviação regional terá custo de R\$ 1 bilhão por ano

O Governo oficializou a criação do Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional, que prevê subvenções federais às companhias aéreas que oferecerem rotas a aeroportos de pequeno e médio portes, cuja natureza é definida pela movimentação anual de passageiros. O Ministro da Secretaria Especial de Aviação Civil (SAC), Moreira Franco, estimou em cerca de R\$ 1 bilhão o custo anual do Programa, que será bancado com recursos do Tesouro injetados no Fundo Nacional de Aviação Civil. Pelas regras do Programa, o Governo vai assumir o pagamento, às companhias aéreas, das tarifas aeroportuárias normalmente pagas pelos passageiros. As empresas também vão ter subsídio para as tarifas de navegação, que incidem sobre o uso das comunicações e auxílios-rádio nos aeroportos. Aliada à reforma de 270 aeroportos regionais, a medida visa expandir a malha aérea nacional. O pacote de incentivos à aviação regional deve compensar, ainda que parcialmente, pedidos antigos de companhias aéreas, sobretudo daquelas que já operam alguns desses trechos. O Governo decidiu estender os incentivos às rotas já existentes na tentativa de espalhar centenas de novos destinos País afora. Um ano atrás, presidentes das companhias aéreas estiveram em peso em Brasília para pedir redução de taxas, desoneração de impostos e medidas de proteção contra a variação cambial, que encarece os preços do querosene de aviação, sujeito às cotações internacionais. (29.07.2014 - Valor Econômico e 30.07.2014 - Baseado em Folha de São Paulo)

ANP aprova plano de avaliação de descoberta da PGN no Maranhão

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) aprovou os planos de avaliação de descoberta (PADs) de três poços da Parnaíba Gás Natural (PGN, antiga OGX Maranhão), na Bacia do Parnaíba, no Maranhão. Os poços são "Fazenda Axixá", "Fazenda São Francisco" e "Fazenda Roseno", localizados no bloco PN-T-85. De acordo com decisão da Diretoria da autarquia, foi exigido, como compromisso firme, que a PGN faça o reprocessamento sísmico de 711 km de linhas 2D; a aquisição e o processamento de 355,849 km de sísmica 2D; e a perfuração de um poço exploratório. As atividades deverão ser



feitas até janeiro de 2016. Após essa data, a Companhia pode decidir pela extensão do PAD, com o compromisso de perfurar novos poços contingentes. A ANP não divulgou o investimento previsto nos PADs. (01.08.2014 - Baseado em Valor Econômico)

Eleição pode adiar licitação de portos para 2015

Há expectativa de que os editais da primeira rodada de licitações do pacote portuário federal não sairão neste ano, como prometido pelo Governo. O senso comum entre os que se debruçam sobre as novas oportunidades de arrendamentos nos portos de Santos (SP) e nos do Pará é que a proximidade das eleições travou o processo. O problema não é o fato de as minutas dos editais do primeiro bloco ainda estarem em análise no Tribunal de Contas da União (TCU). Para consultores e empresários, mesmo se o Tribunal aprovar os editais, o Planalto dificilmente correrá o risco político de lançá-los às vésperas da disputa pela Presidência da República. Paira no Governo o temor de que as prováveis impugnações das licitações contaminem a candidatura à reeleição da Presidente Dilma Rousseff (PT), que lograria a responsabilidade pelo atraso de mais um programa federal de concessão de infraestrutura. (30.07.2014 - Baseado em Valor Econômico)

RIMA da Usina de Tapajós foi entregue ao Ibama

O Relatório de Impacto Ambiental (Rima) do projeto da hidrelétrica de São Luiz do Tapajós, no Município paraense de Itaituba, foi entregue ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e será discutido em audiências públicas na Região antes da avaliação final pelo órgão. Com a capacidade revista para 8.040 MW, São Luiz do Tapajós é a principal aposta do Governo para o crescimento da oferta de energia hidrelétrica nos próximos anos e deve ir a leilão até o fim do ano O texto prevê o alagamento de 356 km² de áreas para o reservatório da usina, que terá, ao todo, 729 km². Inicialmente estimada em 6.133 MW, a potência da usina foi revista após estudos mais detalhados sobre a melhor localização da barragem e suas duas casas de força. (05.08.2014 - Baseado em Brasil Econômico)

A publicação de edital do leilão do 4G foi suspensa pelo Tribunal de Contas da União

O Tribunal de Contas da União (TCU) suspendeu a publicação do edital do leilão da faixa de 700 Mega-Hertz (MHz). O leilão estava previsto para setembro. A faixa de 700 MHz vai complementar a de 2,5 Giga-Hertz (GHz), leiloada em junho de 2012, também para a tecnologia 4G. Enquanto a freqüência de 2,5 GHz tem mais capacidade e raio de cobertura menor, a de 700 MHz tem abrangência maior e necessita de menos antenas, além de ser usada por diversos países, como os Estados Unidos e a Argentina. Com o adiamento, a data do leilão será revista. O prazo entre a publicação do edital e a assinatura do contrato é de ao menos 3 meses. O relator do processo no TCU, Ministro Benjamin Zymler, pediu mais esclarecimentos sobre o leilão à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Depois, caberá ao plenário do Tribunal decidir se aprova o leilão ou mantém a cautelar do relator. Para o edital, estão sendo oferecidos seis lotes de áreas de freqüência 4G, pelo menos três cobrindo todo o território nacional.. (05.08.2014 - Baseado em Folha de São Paulo e Record)



1. Energia Elétrica

1.1. Previsão para Entrada em Operação de Novos Geradores – Quadro Geral (ANEEL)

Previsão para Entrada em Operação (MW)

de 15 de julho de 2014 até 31 de dezembro de 2018

Usinas Hidrelétricas (UHE)						
Cenário	2014	2015	2016	2017	2018	Σ
Conservador	1.511	4.185	5.060	3.931	3.667	18.353
Otimista	1.511	4.185	5.112	3.931	4.775	19.513

Usinas Termelétricas (UTE)*							
Cenário	2014	2015	2016	2017	2018	Σ	
Conservador	947	800	0	50	1.405	3.202	
Otimista	968	936	100	60	2.055	4.119	

Fontes Alternativas - PCHs, Biomassa e Eólica (F.A.)						
Cenário	2014	2015	2016	2017	2018	Σ
Conservador	1.579	2.269	72	34	25	3.979
Otimista	1.714	6.148	2.609	977	369	11.818

Somatório de UHE, UTE, F.A.							
Cenário	2014	2015	2016	2017	2018	Σ	
Conservador	4.037	7.254	5.132	4.014	5.097	25.534	
Otimista	4.194	11.269	7.821	4.967	7.199	35.450	

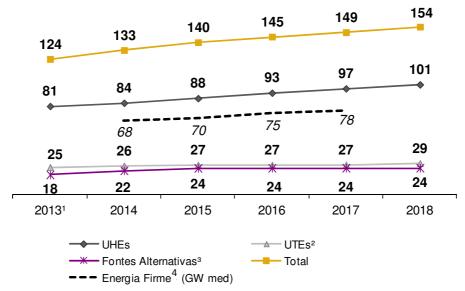
Fonte: Elaboração própria com dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) Cenário conservador: considera somente as usinas sem restrições à entrada em operação Cenário otimista: considera as usinas sem restrições à entrada em operação e as usinas com impedimentos tais como licença ambiental não obtida, obra não iniciada e contrato de combustível indefinido.

As estimativas divulgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) indicam, no cenário conservador, aumento de 3,9% ao ano na capacidade total de geração elétrica do País, considerando o período entre 15 de julho de 2014 e 31 de dezembro de 2018.

No cenário otimista, a previsão de expansão é de 35,5 mil MW no período 2014-2018. Nesse cenário, a taxa média de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica seria de 5,6% ao ano.

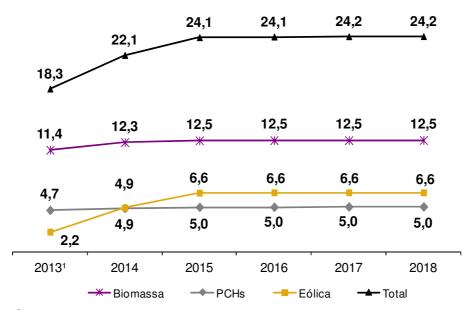


Previsão da Capacidade Instalada* (GW) e Oferta de Energia Firme (GW médios) Cenário Conservador



Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel e da PSR Consultoria (Energy Report - Janeiro/2014).

Previsão da Capacidade Instalada - Fontes Alternativas (GW) Cenário Conservador



¹ Capacidade Instalada em 31/12/2013.

² UTEs movidas a carvão, gás natural, diesel e óleo combustível.

³ PCHs, UTEs movidas a biomassa e eólicas.

⁴ Energia Firme com 5% de risco de déficit, considerando uma redução de 4% na produtividade das usinas hidrelétricas e uma redução nas vazões da região NE para o valor observado nos últimos 20 anos.

^{*} Excluídas as Centrais Nucleares.

¹ Capacidade Instalada em 31/12/2013.



Entre 2013 e 2018, no cenário conservador, estima-se o crescimento de 25% da capacidade instalada no Brasil de usinas hidrelétricas (UHEs). O crescimento da geração térmica (UTEs), também no cenário conservador, deve ser de 14% no mesmo período. Em dezembro de 2013, a participação das UHEs foi de 65% na matriz elétrica nacional e deve aumentar para 66% até 2018. A participação na capacidade total instalada das UTEs deve cair de 20% em 2013 para 19% em 2018.

A participação das usinas térmicas à biomassa deve cair de 9% para 8% e das pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) deve reduzir de 4% para 3% em 2018. A previsão conservadora para a participação das usinas eólicas na capacidade total instalada, em 2018, passará de 2% para 4%.

A estimativa conservadora de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica, em 2014, é superior à estimativa de crescimento do PIB elaborada pela CNI, respectivamente, 6,5% e 1,0%.

1.1.1. Geração Hidrelétrica e Termelétrica

A previsão otimista prevê a entrada em operação de 19,5 mil MW de UHEs até 2018, enquanto a previsão conservadora prevê a entrada de 18,4 MW no mesmo período. Em outras palavras, 94% da potência prevista não apresenta restrição ao andamento dos trabalhos.

Em relação às termelétricas, prevê-se alta capacidade para entrada em operação no cenário otimista, de 4,1 mil MW até 2018, sendo que cerca de 3,2 mil MW (78%) não apresentam restrição ao andamento dos trabalhos.

A primeira unidade geradora da usina hidrelétrica de Jirau, cuja capacidade total monta a 3.750 MW, começou a operar no ano passado. Hoje, dez máquinas operam, totalizando 750 MW de capacidade. A meta do consorcio responsável pelo empreendimento é operar 24 turbinas até o fim do ano. Há sete unidades em etapa de comissionamento. Estima o consórcio que a usina terá 16 turbinas em operação até o fim do mês corrente e, a partir daí, colocará em serviço três a quatro unidades por mês. Quer comissionar uma máquina a cada 11 dias, em média. Tal esforço poderá compensar as dificuldades que afetaram cerca de 500 dias do cronograma da obra, provocadas por incêndios criminosos que destruíram instalações, paralisações do trabalho e desmobilização de 22 mil trabalhadores.

As máquinas instaladas, tanto turbinas quanto geradores, têm apresentado elevado rendimento, atendendo assim ao estabelecido no edital. Cada uma das unidades de Jirau tem capacidade de gerar 75 MW. Não obstante, uma das máquinas operou com 82 MW a pedido do Operador para suportar uma oscilação no "linhão" do Madeira por dois minutos.

Os adiamentos na oferta contratada de energia seja por parte de Jirau seja da usina de Santo Antonio levaram distribuidoras a comprar energia cara no mercado de curto prazo. Os atrasos também prejudicaram aos acionistas das usinas que perderam a perspectiva de venda de energia no mercado livre com a antecipação almejada. De todo modo, no caso de Jirau as máquinas em operação até o fim de setembro deste ano atenderão à totalidade do contrato para o período. Jirau terá 50 turbinas em operação até 2016.

A primeira unidade geradora da usina de Santo Antonio entrou em serviço em março de 2012 e abasteceu o sistema Acre/Rondônia. Atualmente, 27 máquinas operam comercialmente, gerando cerca de 1.920 MW de energia escoada através do sistema Acre/Rondônia e do primeiro bipolo de corrente continua, conectado ao Sudeste em Araraquara. Todas as 50 unidades da usina estarão operando até novembro de 2016. Nesse horizonte, os 6.500 MW do complexo do Madeira serão supridos ao sistema interligado nacional.



1.1.2. Geração a partir de Fontes Alternativas

No cenário conservador, a contribuição das PCHs deverá ser de 345 MW de potência adicional até 2018. Já no cenário otimista, até 2018, devem entrar em operação um total de 2,0 mil MW.

As usinas a biomassa devem acrescentar, no cenário conservador, 537 MW até 2018. No cenário otimista, a contribuição adicional total dessa fonte pode chegar a 1,6 mil MW para o mesmo período.

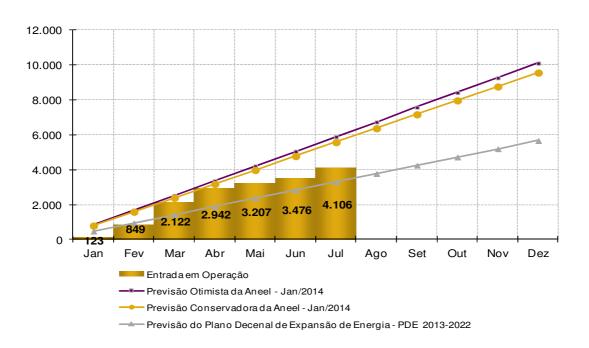
Apesar da alta capacidade prevista para entrada em operação de eólicas no cenário otimista de 8,2 mil MW, apenas 38% da potência (3,1 mil MW) não apresenta restrições para entrada em operação até 2018.

1.1.3. Expansão da Capacidade de Geração

O gráfico apresentado a seguir ilustra os acréscimos mensais de capacidade geradora no sistema interligado nacional. As linhas representam uma média teórica de entrada uniforme de capacidade geradora para que a previsão seja atingida.

Expansão da Capacidade de Geração em 2014 (MW)

De 1º de janeiro a 15 de julho de 2014

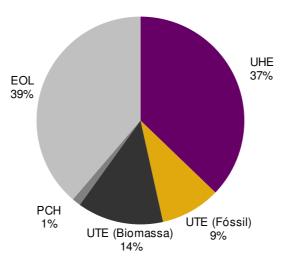


Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL e da EPE.

Em 2014, até 15 de julho, entraram em operação 4.106 MW. Desse total, as UHEs representaram 37% da potência total que entrou em operação totalizando 1,5 mil MW. As EOL representaram 39% totalizando 1,6 mil MW. As UTEs fósseis representaram 9% da capacidade instalada no período, enquanto as UTEs de biomassa representaram 14% do total. As PCHs até o período representaram apenas 1% da capacidade instalada.



Distribuição da Capacidade Instalada por Tipo de Usina (%) De 1º de janeiro a 15 de julho de 2014



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL.

1.2. Consumo de Energia Elétrica (EPE)

O mercado nacional de fornecimento de energia elétrica a consumidores livres e cativos atingiu, em junho de 2014, 37.663 GWh, apresentando um valor similar ao observado em junho de 2013.

O consumo industrial de energia elétrica foi de 14.568 GWh, valor 5% inferior ao observado no mesmo mês de 2013. O consumo industrial de energia elétrica representou 39% do total de energia elétrica consumida em junho de 2014. No acumulado do ano, o consumo industrial de eletricidade apresentou recuo de 2% quando comparado ao mesmo período de 2013.

De acordo com a EPE, a tendência de queda do consumo industrial de energia veio se agravando ao longo do ano, inicialmente restrita às indústrias eletrointensivas, espalhando-se para os demais segmentos da indústria.

O segmento de metalurgia do alumínio continua trazendo os impactos negativos mais relevantes para o consumo. As empresas desse segmento seguem reduzindo a produção ao enfrentar um contexto internacional de baixos preços da commodity aliados à sobre-oferta mundial deste produto.

^{*} Inclui UTEs a óleo combustível, óleo diesel, gás natural e carvão.



Consumo de Energia Elétrica por Classe (GWh)

Classo	Junho	Junho	Var.	Jan-Jun	Jan-Jun	Var.
Classe	2013	2014	%	2013	2014	%
Residencial	10.091	10.317	2	62.358	66.838	7
Industrial	15.319	14.568	-5	90.786	89.232	-2
Comercial	6.594	6.873	4	41.834	45.445	9
Outras	5.638	5.905	5	34.906	36.469	4
Total	37.642	37.663	0	229.884	237.984	4

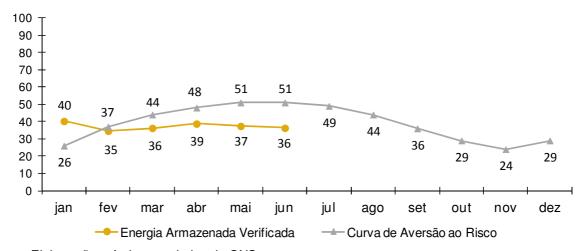
Fonte: Elaboração própria com dados da EPE.

1.3. Curva de Aversão ao Risco e Energia Armazenada Verificada (ONS)

As Curvas de Aversão a Risco estabelecem níveis de energia armazenada, vale dizer, requisito mínimo de armazenagem de energia, em base mensal, adotados como referência de segurança para o atendimento do Sistema Interligado Nacional. Para garantir o atendimento ao mercado e assegurar a capacidade de recuperação dos reservatórios, os níveis de armazenamento do reservatório equivalente de uma Região devem ser mantidos sempre acima dessa curva.

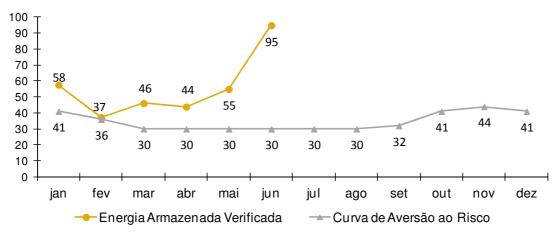
Em junho de 2014, a energia armazenada verificada subiu na Região Sul de 55% para 95%. Contudo, nss Regiões Sudeste e Centro Oeste e na Região Nordeste a energia armazenada caiu de 37% para 36% e de 41% para 37% respectivamente. Ou seja, essas Regiões apresentam indícios de que a capacidade dos reservatórios pode não ser suficiente para atender a demanda no período de seca, deficiência que deve ser suprida por importações de energia dos outros subsistemas ou por acionamento de termelétricas.

Curva de Aversão ao Risco e Energia Armazenada Verificada 2014 Sudeste e Centro-Oeste (%)



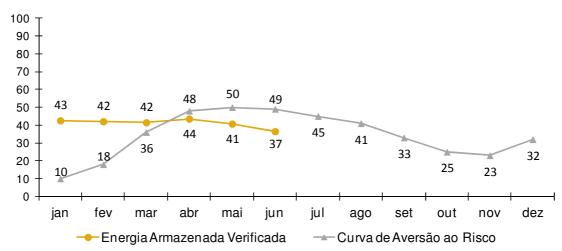


Curva de Aversão ao Risco e Energia Armazenada Verificada 2014 Sul (%)



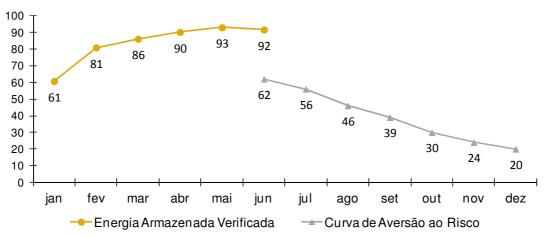
Fonte: Elaboração própria com dados do ONS.

Curva de Aversão ao Risco e Energia Armazenada Verificada 2014 Nordeste (%)





Curva de Aversão ao Risco e Energia Armazenada Verificada 2014 Norte* (%)



Fonte: Elaboração própria com dados do ONS.

1.4. Preço de Liquidação das Diferenças (CCEE)

O Preço de Liquidação das Diferenças - PLD é utilizado para valorar a compra e a venda de energia no mercado de curto prazo. O PLD é um valor determinado semanalmente para cada patamar de carga com base no custo marginal de operação, limitado por um preço máximo e mínimo vigentes para cada período de apuração e para cada submercado. Os intervalos de duração de cada patamar são determinados para cada mês de apuração pelo ONS e informados à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, para que sejam considerados no sistema de contabilização e liquidação. Em 2014, o PLD mínimo e máximo são, respectivamente, R\$ 15,62 e R\$ 822,83/MWh.

Na quarta semana de julho, o PLD não atingiu o valor máximo previsto pela CCEE de R\$ 822,83/MWh nas Regiões. Para carga pesada atingiu valor máximo de R\$ 734,87/MWh para todas as regiões. Enquanto para a carga leve teve um máximo de R\$ 686,20 para todas as regiões.

Preço de Liquidação das Diferenças - PLD (R\$/MWh) Semana 4 - Julho 2014 (Período: 19/07/2014 a 25/07/2014)

Carga	Sudeste/Centro- Oeste	Sul	Nordeste	Norte
Pesada	734,87	734,87	734,87	734,87
Média	731,08	731,08	731,08	731,08
Leve	686,20	686,20	686,20	686,20

^{*} A Curva Bianual de Aversão a Risco proposta para a Região Norte considera a hipótese de ocorrência das afluências do pior ano do histórico de Tucuruí para o Subsistema Norte – 1963. Aplicação da curva limitada ao período junho-dezembro de cada ano.



O cálculo da média mensal do PLD por submercado considera os preços semanais por patamar de carga - leve, médio e pesada, ponderado pelo número de horas em cada patamar e em cada semana do mês, para todas as Regiões.

O mês de julho de 2014 apresentou um PLD entre R\$ 102,6/MWh e R\$ 592,54/MWh. Esses valores são o quádruplo dos valores observados em julho de 2013 no mercado atacadista.

Preço de Liquidação das Diferenças - PLD (R\$/MWh) Mensal

Região	Julho	Julho	Variação	
negiao	2013	2014	(%)	
Sudeste/Centro-Oeste	121,3	592,54	388,5	
Sul	102,6	503,10	390,4	
Nordeste	121,6	592,54	387,2	
Norte	121,4	592,54	388,3	

Fonte: Elaboração própria com dados da CCEE.

2. Petróleo

2.1. Produção, Comércio Exterior e Processamento de Petróleo (ANP)

Até o fechamento desta edição, a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) não havia atualizado os dados referentes à produção, comércio exterior e processamento de petróleo. Seguem as últimas informações disponíveis.

A produção nacional de petróleo, no mês de maio de 2014, foi de 70 milhões de barris equivalentes de petróleo (bep), volume 10% superior ao produzido no mesmo mês do ano anterior. No acumulado do ano, a produção foi 8% superior.

O grau API médio do petróleo produzido em maio de 2014 foi de aproximadamente 24,5°, sendo que 10,0% da produção foi considerada óleo leve (maior ou igual a 31°API), 58,5% foi considerada óleo médio (entre 22°API e 31°API) e 31,5% foi considerado óleo pesado (menor que 22°API).

O volume correspondente ao processamento de petróleo nas refinarias nacionais, em maio de 2014, foi de 70 milhões de bep. Esse volume foi 4% superior ao observado em maio de 2013 e no acumulado do ano.

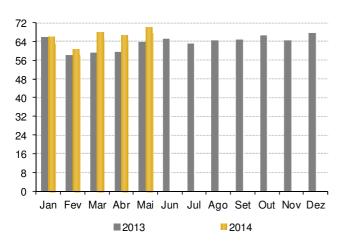
De acordo com a ANP, em maio de 2014, cerca de 92,2% da produção de petróleo do Brasil foi extraída de campos marítimos.



O volume de petróleo exportado pelo País, em maio de 2014, foi de 17 milhões de bep, valor 29% superior ao exportado em maio de 2013. No acumulado do ano, a exportação foi 22% superior ao observado no mesmo período do ano anterior.

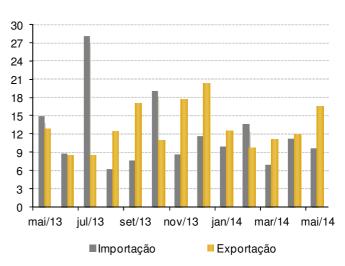
O preço médio do petróleo importado pelo País, em maio de 2014, foi de US\$ 114,89/barril, valor 19% superior ao observado em março de 2013. No acumulado do ano, o preço apresentou queda de 2%.

Produção Nacional de Petróleo (milhões bep)



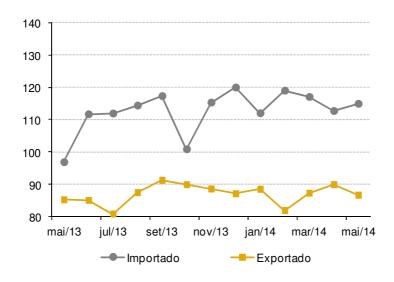
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação vs. Exportação de Petróleo (milhões bep)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Preço Médio do Petróleo Importado e Exportado (US\$ FOB/barril)





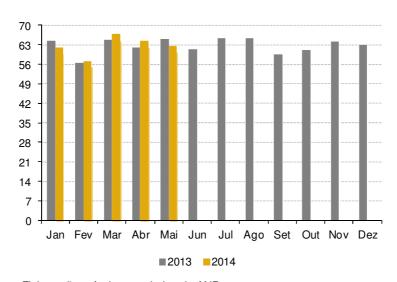
2.2. Produção e Comércio Exterior de Combustíveis Derivados de Petróleo (ANP)

Até o fechamento desta edição, a ANP não havia atualizado os dados referentes à produção e comércio exterior de combustíveis derivados de petróleo. Seguem as últimas informações disponíveis.

Em maio de 2014, a produção nacional de derivados de petróleo foi de 63 milhões bep (1 bep equivale a 0,15 m³), volume 4% superior ao produzido em maio de 2013. No acumulado do ano, a produção nacional de derivados se igualou a do mesmo período do ano passado.

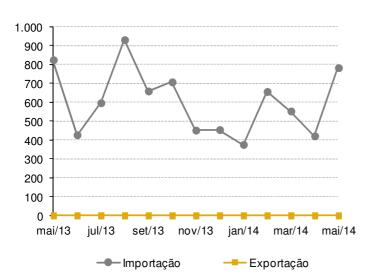
A importação de derivados de petróleo, em maio de 2014, foi de 16 milhões bep, valor 15% inferior ao registrado em maio do ano anterior. No acumulado do ano, a importação observada foi 14% inferior.

Produção de Derivados de Petróleo (milhões bep)



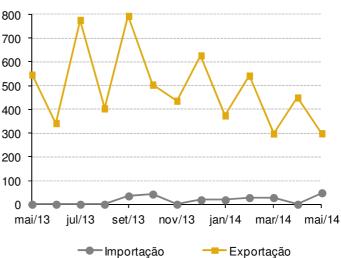
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Nafta (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Óleo Combustível (mil m³)

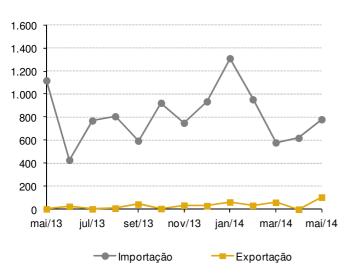






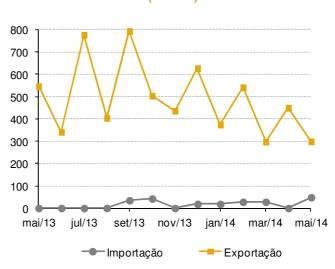
Com respeito à exportação de derivados de petróleo, em maio de 2014, foi constatado um total de 7 milhões bep, o que representa um volume 20% inferior ao observado no mesmo mês de 2013. No acumulado do ano, a exportação foi 2% inferior.

Importação e Exportação de Óleo Diesel (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Gasolina (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.3. Dependência Externa de Petróleo e Derivados (ANP).

Até o fechamento desta edição, a ANP não havia atualizado os dados referentes à dependência externa de petróleo e derivados. Seguem as últimas informações disponíveis.

Em maio de 2014, o Brasil registrou uma dependência externa positiva de 3% na balança comercial de petróleo e derivados. Em outras palavras, a importação de petróleo e derivados foi 2 milhões de bep superior à exportação de petróleo e derivados frente a um consumo aparente de 73 milhões de bep. Em maio de 2013, a dependência externa foi positiva em 17%. No acumulado do ano de 2014, foi observada uma dependência de 7%. No mesmo período do ano anterior, a dependência foi de 15%.

Dependência Externa de Petróleo e Derivados (milhões bep)

	Maio/2013	Jan-Mai/2013	Maio/2014	Jan-Mai/2014
Produção de Petróleo (a)	64	308	70	331
Imp. Líq. de Petróleo (b)	2	6	-7	-11
Imp. Líq. de Derivados (c)	11	48	10	37
Consumo Aparente (d)=(a+b+c)	77	361	73	357
Dependência Externa (e)=(d-a)	13	54	2	26
Dependência Externa (%) (e)/(d)	17	15	3	7



2.4. Balança Comercial de Petróleo e Derivados (ANP).

Até o fechamento desta edição, a ANP não havia atualizado os dados referentes à balança comercial de petróleo e derivados. Seguem as últimas informações disponíveis

A balança comercial brasileira de petróleo e derivados, em maio de 2014, apresentou saldo de US\$ -617 milhões FOB. Ou seja, o Brasil importou US\$ 617 milhões FOB a mais do que exportou. No mesmo mês do ano anterior, esse saldo havia sido negativo em US\$ 1,7 bilhão. FOB. No acumulado do ano, a balança comercial de petróleo e derivados apresentou saldo negativo de US\$ 4,6 bilhões FOB.

Balança Comercial de Petróleo e Derivados (milhão US\$ FOB)

	Maio/2013	Jan-Mai/2013	Maio/2014	Jan-Mai/2014
Petróleo				
Receita com exportação (a)	1.097	4.569	1.436	5.397
Dispêndio com importação (b)	1.439	6.457	1.096	5.882
Balança Comercial (c)=(a-b)	-342	-1.888	339	-485
Derivados				
Receita com exportação (d)	849	3.910	734	3.780
Dispêndio com importação (e)	2.180	9.646	1.690	7.931
Balança Comercial (f)=(d-e)	-1.331	-5.736	-956	-4.151
Petróleo e Derivados				
Receita Total com exportação (g)=(a+d)	1.946	8.479	2.169	9.177
Dispêndio Total com importação (h)=(b+e)	3.619	16.102	2.786	13.813
Balança Total (i)=(g)-(h)	-1.674	-7.624	-617	-4.636

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

3. Biocombustíveis

3.1. Produção de Biodiesel (ANP).

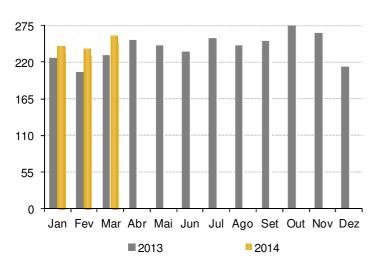
Até o fechamento desta edição a ANP não havia disponibilizado os dados de Produção de Biodiesel. Seguem as últimas informações disponíveis.

A produção nacional de biodiesel, em março de 2014, foi de 259 mil m³, montante 12% superior ao produzido em março de 2013. No acumulado do ano, a produção de biodiesel foi 12% superior.

O preço do óleo diesel (misturado com biodiesel), em maio de 2014, foi de R\$ 2,50/\mathcal{\ell}, valor 7% superior ao observado em maio de 2013.

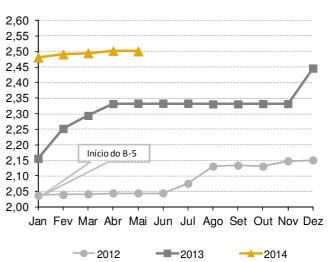


Produção de Biodiesel (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Preço ao Consumidor do Diesel B5 $(R\$/\ell)^*$



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.
*B2,B3,B4,B5: respectivamente, 2%,3%,4%,5% de biodiesel no óleo diesel

3.2. Álcool

3.2.1. Produção de Álcool e Açúcar (MAPA)

Até o fechamento desta edição o Ministério da Agricultura não havia disponibilizado os dados de Produção de Álcool e Açúcar. Seguem as últimas informações disponíveis.

A safra 2013/2014 produziu, até o dia 30 de março de 2014, 27.902 mil m³ de álcool, sendo 16.116 mil m³ referentes à produção de álcool etílico hidratado (58%). Em relação ao mesmo período da safra 2012/2013, houve um aumento de 17% na produção de álcool hidratado no mesmo período.

A produção total de álcool foi 19% superior em relação ao mesmo período da safra anterior, com aumento na produção do álcool anidro e álcool hidratado.

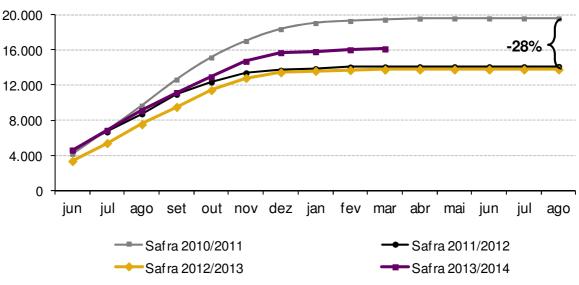
A produção de açúcar apresentou queda. Até 30 de março de 2014, produziu-se 38 milhões de toneladas de açúcar, volume 2% inferior ao observado no mesmo período da safra 2012/2013.

Produção de Álcool e Açúcar - Valores Acumulados

	Safra 2012/2013	Safra 2013/2014	Variação
	(até 30 de março de 2013)	(até 30 de março de 2014)	(%)
Álcool Anidro (mil m³)	9.693	11.786	22
Álcool Hidratado (mil m³)	13.763	16.116	17
Total Álcool (mil m³)	23.456	27.902	19
Açúcar (mil ton)	38.348	37.735	-2



Produção de Álcool Etílico Hidratado (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

3.2.2. Vendas de Álcool Etílico Hidratado (ANP)

Até o fechamento desta edição, a ANP não havia atualizado os dados referentes às dependência vendas de álcool etílico hidratado. Seguem as últimas informações disponíveis

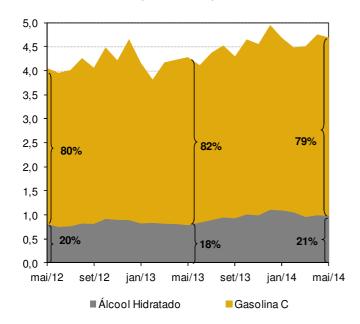
As vendas de álcool etílico hidratado foram de 981 mil m³ em maio de 2014. Esse número representa um aumento de 24% em relação ao volume vendido em maio de 2013. No acumulado do ano, as vendas foram 25% superiores.

As vendas de álcool etílico hidratado representaram 21% do universo de vendas do álcool e da gasolina em maio de 2014. Essa participação foi superior ao observado em maio de 2013 quando as vendas de álcool representaram 18%.

Em maio de 2014, o preço médio ao consumidor do álcool etílico hidratado foi de R\$ 2,16/\ellet, valor 5% superior ao registrado em abril de 2013.

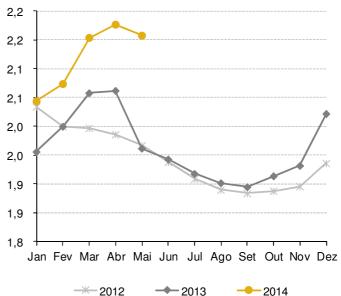


Vendas de Álcool Etílico Hidratado e Gasolina C¹ (milhão m³)



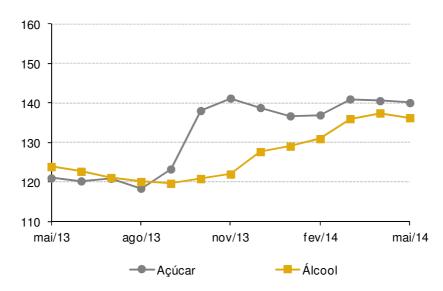
¹Gasolina C: Gasolina A + percentual de Álcool Anidro. Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Preço ao Consumidor do Álcool Etílico Hidratado (R\$/ℓ)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Índice de Preço do Açúcar* e do Álcool Etílico Hidratado (jan/07 = 100)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP e da ESALQ/USP.

^{*} Foi considerado o preço do açúcar cristal observado no Estado de São Paulo, no 1º dia útil de cada mês, divulgado pela ESALQ/USP.



4. Gás Natural

4.1. Produção, Importação e Oferta Interna de Gás Natural (ANP)

Até o fechamento desta edição, a ANP não havia atualizado os dados referentes à produção, importação e oferta interna de gás natural. Seguem as últimas informações disponíveis

A produção nacional diária média de gás natural, em maio de 2014, foi de 85 milhões m³, representando um aumento de 13% comparado à média verificada em maio de 2013. No acumulado do ano, a média foi 10% superior.

A importação de gás natural realizada pelo País, em maio de 2014, foi de 64 milhões m³/dia. A oferta total líquida desse energético, descontando o gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção, naquele mês, foi de 116 milhões m³/dia. Este montante é 10% superior ao observado em maio de 2013. No acumulado do ano, a oferta total do gás natural foi 2% inferior.

A proporção de gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção (E&P) foi de 38% em maio de 2014. Em maio de 2013, essa proporção havia sido de 31%.

Balanço do Gás Natural no Brasil (mil m³/dia)

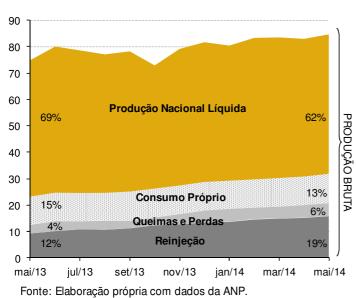
	Média em Maio/2013	Média do período Jan-Mai/2013	Média em Maio/2014	Média do período Jan-Mai/2014
Produção Nacional ¹	74.852	75.312	84.537	82.881
- Reinjeção	9.321	9.086	15.881	14.895
- Queimas e Perdas	3.204	3.832	4.735	4.558
- Consumo Próprio	10.817	10.567	11.313	11.046
= Produção Nac. Líquida	51.511	51.825	52.608	52.382
+ Importação	54.211	49.008	63.622	45.977
= Oferta	105.722	100.834	116.229	98.360

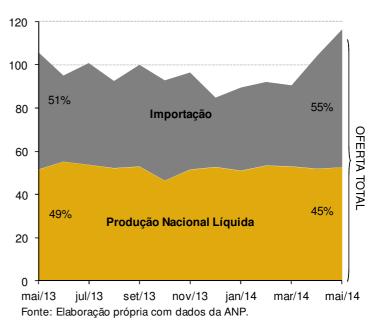
¹Não inclui Gás Natural Liquefeito.



Produção Nacional Bruta de Gás Natural (milhão m³/dia)

Oferta Total de Gás Natural (milhão m³/dia)



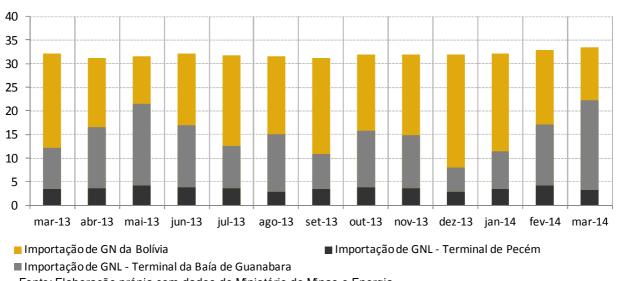


4.2. Importação Média de Gás Natural (MME)

A importação média de Gás Natural da Bolívia, em março de 2014, foi de 33 milhões de m³/dia, volume 4% superior ao observado no mesmo mês de 2013.

Em março de 2014, a importação média de Gás Natural Liquefeito (GNL) totalizou 24 milhões m³/dia, volume 93% superior ao montante observado em março de 2013.

Importação de Gás Natural (milhões m³/dia)



Fonte: Elaboração própia com dados do Ministério de Minas e Energia.



4.3. Consumo de Gás Natural (ABEGÁS)

O consumo de gás natural no país em maio de 2014 foi, em média, de 76 milhões de m³/dia. Essa média é 4% superior ao volume médio diário consumido em maio de 2013. No acumulado do ano, o consumo de gás natural apresentou uma variação de 3% superior ao observado de janeiro a maio de 2013.

O setor industrial, em maio de 2014, consumiu 29 milhões de m³/dia de gás natural, sendo 2% superior ao mesmo mês do ano anterior. De acordo com a Abegás, o resultado é reflexo da recuperação apresentada pela indústria brasileira no início deste ano.

Consumo de Gás Natural por Segmento

	Médio (m	iil m ³ /dia)	Variação %		
	Maio/2014	Jan-Mai/2014	Mai-2014/ Mai-2013	Acumulado do Ano	
Industrial	29.036	28.530	2	3	
Automotivo	4.979	4.965	-3	-2	
Residencial	970	817	-14	-6	
Comercial	732	731	-9	3	
Geração Elétrica	35.699	32.698	16	12	
Co-geração*	2.685	2.531	14	4	
Outros	1.940	2.260	-58	-49	
Total	76.041	72.531	4	3	

^{*}O segmento co-geração contempla os consumos de co-geração industrial e co-geração comercial.

Fonte: Elaboração própria com dados da Abegás.

O setor industrial foi responsável por 38% do consumo de gás natural em maio de 2014. A geração elétrica foi o primeiro setor em consumo, responsável por 47% do volume total de gás consumido no mesmo mês. A cogeração a gás foi o destaque com aumento de 14% em comparação a maio de 2013. O crescimento é justificado pela maior competitividade sobre outros insumos energéticos e à alta do preço da energia elétrica.

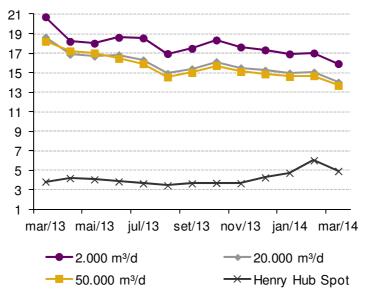
4.4. Preço do Gás Natural (MME).

O preço médio do gás natural ao consumidor industrial, em março de 2014, foi de US\$ 14,54/MMBTU, valor 24% inferior ao observado em março de 2013 (US\$ 19,20/MMBTU). Esse valor inclui impostos e custos de transporte.

Em março de 2014, o preço médio do gás natural no mercado spot Henry Hub foi de US\$ 4,90/MMBTU, valor 29% superior ao apresentado em março de 2013 (US\$ 3,81/MMBTU). Esse preço não inclui impostos, transporte nem margem do distribuidor e é estabelecido nos dias úteis em negociações para entrega do dia seguinte.



Preço Médio do Gás Natural: Consumidor Industrial¹ e do Mercado Spot Henry Hub² (US\$/MMBtU)



Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério de Minas e Energia e do Governo de Nebraska (EUA).

5. Telecomunicações

5.1. Indicadores do Serviço de Telefonia Fixa Comutada e Acessos Móveis (ANATEL)

Em abril de 2014, o número de acessos móveis em operação foi de 274 milhões, montante 3% superior ao mesmo mês do ano anterior. O crescimento da quantidade de acessos móveis nos últimos 12 meses tem sido de aproximadamente 0,3% ao mês.

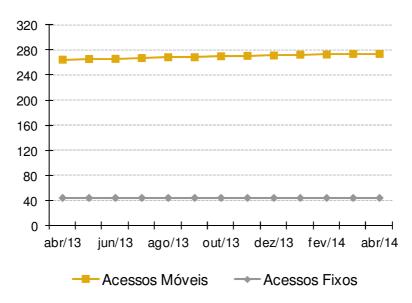
Desde dezembro de 2008, os acessos fixos apresentam tendência de estagnação. Em abril de 2014, o número de acessos fixos foi de 44,4 milhões, valor próximo ao averiguado em março de 2014.

¹ Preço com impostos e custo de transporte. Média mensal.

² Preço sem impostos e custo de transporte. Média ponderada mensal das cotações diárias.



Evolução dos Acessos Móveis e Fixos em Operação (milhão)



Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.

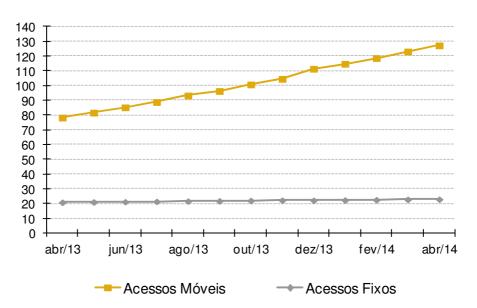
5.2. Serviços Contratados Ativos de Internet Móvel e Fixa (ANATEL)

O número total de acessos de internet móvel ativos comercializados em abril de 2014 foi de 127 milhões, montante 62% superior ao observado no mesmo período de 2013. Em relação a março de 2014, os acessos de internet móvel foram 3% superiores. Uma pequena parcela desse crescimento se deve à entrada dos dados da rede LTE (4G) que passou a operar desde o início de maio de 2013.

Os acessos totais de internet fixa vêm crescendo em ritmo inferior ao observado nos últimos meses. Houve no mês de abril de 2014, um total de 23 milhões de acessos, o que representa um crescimento de 10% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Em relação a março de 2014, os acessos à internet fixa foram similares.



Evolução do Total de Acessos ativos de Internet Móvel¹ e Fixa² (milhão)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANATEL

- ¹ WCDMA, LTE, M2M e Banda Larga Móvel
- ² Serviço de Comunicação Multimídia (SCM)

6. Transportes

6.1. Portos Selecionados e Terminais de Uso Privativo (ANTAQ)

Em junho de 2014, a movimentação de granel sólido nos portos públicos e nos terminais de uso privativo (TUPs) teve um aumento de 4% em relação a junho de 2013. A movimentação de granel líquido também aumentou 4% em relação ao mesmo mês do ano anterior.

A movimentação total de cargas nos portos públicos e TUPs, em junho de 2014, foi 4% superior em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Em junho de 2014, os TUPs representaram 68% da movimentação total de carga nos portos e terminais. A movimentação total nos TUPs foi de 50.817 mil toneladas, volume 2% superior ao observado em junho de 2013. Os portos públicos movimentaram 23.893 mil toneladas em junho de 2014, volume 7% superior em comparação com mesmo mês do ano anterior.

A quantidade de contêineres movimentados em todos os portos organizados e terminais privados do país em junho de 2014 foi de 731 mil TEUs (twenty-foot equivalent unit), montante 2% inferior em relação ao mesmo mês do ano anterior.

³ A partir de 2014 a metodologia de obtenção de dados da Anatel foi alterada, gerando uma diferença de -2% dos valores obtidos para os anos de 2013 e 2014.



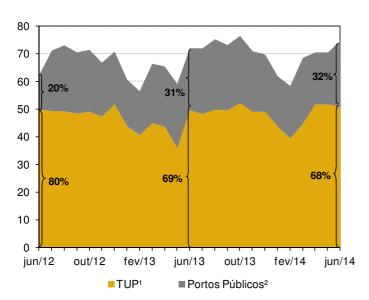
Movimentação Total de Cargas – por natureza* (mil t)

	Perío	odo	Variação %
	Jun/2013	Jun/2014	Jun-2014 / Jun-2013
Granel Sólido (a)	50.265	52.097	4%
Portos Públicos	17.641	18.650	6%
TUPs	32.624	33.447	3%
Granel Líquido (b)	18.325	19.140	4%
Portos Públicos	3.718	4.356	17%
TUPs	14.607	14.784	1%
Carga Geral Solta (c)	3.382	3.473	3%
Portos Públicos	1.008	887	-12%
TUPs	2.374	2.586	9%
Total (a+b+c)	71.971	74.710	4%
Portos Públicos	22.366	23.893	7%
TUPs	49.605	50.817	2%

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.

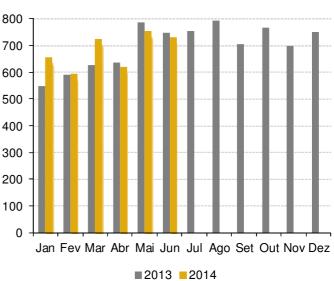
Portos públicos (33 instalações)

Movimentação Total de Cargas (milhões t)



Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.

Movimentação Total de Contêineres* (mil TEUs)



Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.

^{*} Terminais de uso privativo (96 instalações)

¹ Terminais de uso privativo (97 instalações)

² Portos públicos (32 instalações)

¹ Terminais de uso privativo (97 instalações)

² Portos públicos (32 instalações)



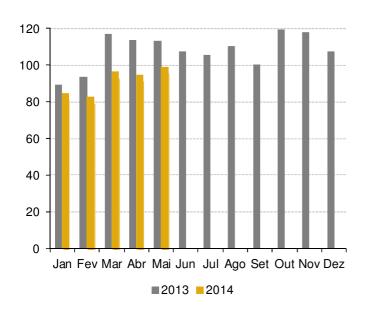
6.2. Transporte Aéreo (INFRAERO)

Devido às concessões dos aeroportos, a Infraero reformulou a metodologia de coleta de dados. Seguem as informações referentes à Infraero Cargo junto às informações disponibilizadas pelas concessionárias dos aeroportos de Guarulhos, Campinas e Brasília. Devido a uma alteração na metodologia do aeroporto de Guarulhos, houve uma queda na movimentação de cargas.

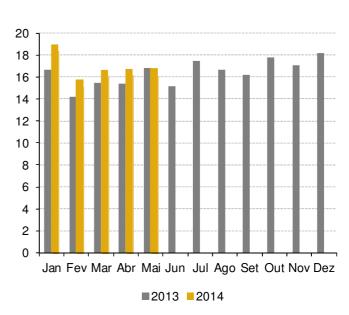
Em maio de 2014, 17 milhões de passageiros transitaram pelos principais aeroportos brasileiros, volume muito próximo ao ocorrido no mesmo mês de 2013. No acumulado do ano, esse montante foi 10% superior.

A movimentação de carga aérea total no País, em maio de 2014, foi de 99 mil toneladas, montante 12% inferior ao averiguado no mesmo mês do ano anterior. No acumulado do ano, a movimentação foi 13% inferior.

Movimentação mensal de Cargas (mil toneladas)



Movimentação mensal de Passageiros (mil)



Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero Cargo

Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero Cargo

6.3. Cargas Ferroviárias (ANTT)

A movimentação de mercadorias nas ferrovias, em junho de 2014, foi de 39 milhões de toneladas úteis (TUs), valor 3% inferior ao observado no mesmo período de 2013. A movimentação de extração vegetal e celulose foi o setor que apresentou maior crescimento na movimentação de mercadorias transportadas por ferrovias (38%). O minério de ferro correspondeu a 77% do total movimentado em junho de 2014.



Movimentação de Mercadorias nas Ferrovias – Junho

Ano	2014	2013	Variação (%)
Mercadoria	Junho (mil TU)	Junho (mil TU)	acum-14/ acum-13
Minério de Ferro	30.054	31.165	-4
Soja e Farelo de Soja	2.748	2.932	-6
Indústria Siderúrgica	1.291	1.172	10
Produção Agrícola (exceto soja)	1.153	1.092	6
Carvão/Coque	1.034	915	13
Combustíveis e Derivados de Petróleo e Álcool	792	785	1
Extração Vegetal e Celulose	576	404	43
Gráneis Minerais	508	737	-31
Adubos e Fertilizantes	393	381	3
Conteiner	281	237	19
Indústria Cimenteira e Contrução Civil	193	307	-37
Cimento	213	239	-11
Carga Geral - Não Contein.	11	19	-45
Total	39.247	40.385	-3

Fonte: Elaboração própria com dados da ANTT

6.4. Participação dos Modos de Transporte no Comércio Exterior (MDIC)

Em junho de 2014, a movimentação total de exportação e importação realizada no Brasil foi de 63 milhões de toneladas, montante 12% superior ao averiguado em junho do ano anterior. O modo marítimo apresenta a maior participação nas movimentações, com 93% do total.



Movimentação Total (exportação e importação) por modo

	mi	il t	Varia	ção %
Modo	Jun/2014	Jan-Jun/2014	Jun-2014 / Jun-2013	Acumulado do ano
Marítimo	59.134	326.967	11	5
Fluvial	2.308	8.565	38	16
Aéreo	91	610	-13	-11
Ferroviário	37	244	-7	-18
Rodoviário	921	5.387	2	2
Outros*	958	5.658	-8	-8
Total	63.448	347.431	12	5

Fonte: Elaboração própria com dados do MDIC.

7. Investimentos Privados em Infraestrutura

7.1. Desembolsos do BNDES

Até o fechamento desta edição, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) não havia divulgado as informações sobre os desembolsos. Seguem os últimos dados disponíveis.

Em abril de 2014, o desembolso total realizado pelo BNDES na área de infraestrutura (refino e álcool, energia elétrica e gás natural, saneamento, telecomunicações e transporte) foi de R\$ 5,5 bilhões, valor 2% inferior ao aportado em abril de 2013.

Desembolso mensal BNDES

Setor	Abril/2013	Abril/2014	Variação	Participação
Setul	R\$ milhão	R\$ milhão	(%)	%
Refino e Álcool	1.147	413	-64	7
Energia Elétrica e Gás Natural	944	824	-13	15
Saneamento	74	111	50	2
Telecomunicações	121	2.703	2133	49
Transporte	3.366	1.488	-56	27
Aéreo	433	0	-100	-
Aquaviário	<i>2</i> 98	11	-96	-
Terrestre	2.635	1.478	-44	-
Total Infraestrutura	5.652	5.540	-2	100

^{*}Linha de transmissão, tubo-conduto, postal, próprio, lacustre.



8. Execução do Orçamento da União (SIAFI)

8.1. Orçamento Geral e de Investimentos da União (Tabela I)

A dotação total autorizada para o Orçamento da União de 2014 foi de, aproximadamente, R\$ 2,4 trilhões. Deste valor, aproximadamente R\$ 84 bilhões correspondem à alínea "investimentos", o que representa 4% do orçamento total de 2014.

Entre os órgãos superiores, o Ministério dos Transportes detém o maior orçamento de investimentos, em valor absoluto, R\$ 15,9 bilhões o que representa 19% da sua dotação total.

Do orçamento de investimentos da União para 2014, foram empenhados, até 30 de julho, R\$ 33,5 bilhões, o que representa 40% da dotação autorizada. Até o dia 30 de julho, foram liquidados R\$ 6,3 bilhões e pagos do orçamento aproximadamente R\$ 5,4 bilhões. Já o pagamento total, incluindo os restos a pagar pagos no período, soma R\$ 26,8 bilhões.

8.2. Orçamento Geral e de Investimentos do Ministério dos Transportes (Tabelas I e II)

Do montante de R\$ 15,9 bilhões autorizados para os investimentos do Ministério dos Transportes em 2014, foram empenhados R\$ 7,5 bilhões (47% da dotação). Até o dia 30 de julho, foram liquidados R\$ 1,6 bilhão do orçamento, o montante pago do orçamento foi R\$ 1,2 bilhão. Já o pagamento total, incluindo os restos a pagar pagos no período, soma R\$ 5,9 bilhões.

Cerca de 77% dos recursos autorizados para investimentos do Ministério dos Transportes (R\$ 12,2 bilhões) estão destinados ao setor rodoviário. O restante está dividido entre os setores ferroviário (R\$ 2,7 bilhões, ou 17%), hidroviário (R\$ 232 milhões) e outros (R\$ 760 milhões). A modalidade portuária apresenta empenho de 9 milhões e uma execução de restos a pagar pagos no valor de R\$ 10 milhões até dia 30 de julho.

8.3. Restos a Pagar – Orçamento de Investimentos (Tabela III)

O Ministério dos Transportes inscreveu, em 2014, cerca de R\$ 472 milhões em restos a pagar processados. A União inscreveu, aproximadamente, R\$ 7,7 bilhões de restos a pagar processados. Em relação aos restos a pagar não-processados, o Ministério dos Transportes tem R\$ 13,6 bilhões inscritos, enquanto a União tem R\$ 79,2 bilhões de restos a pagar não-processados inscritos para 2014.

Do volume total de restos a pagar inscritos pelo Ministério dos Transportes, 36% foram pagos até 30 de julho (excluídos os cancelamentos). No caso da União, os pagamentos correspondem a 32% do total de restos a pagar inscritos.



9. Programa de Aceleração do Crescimento – PAC (SIAFI) (Tabela IV)

Para 2014, o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC apresenta dotação de R\$ 62,6 bilhões no orçamento da União, de acordo com o SIAFI. Desse total, foram alocados 34% no Ministério das Cidades (R\$ 21,3 bilhões) e 23% no Ministério dos Transportes (R\$ 14,6 bilhões), principais executores do chamado "PAC Orçamentário", que considera somente os recursos do Orçamento Geral da União.

No âmbito do PAC, a União empenhou R\$ 32,9 bilhões (53% do orçamento autorizado) e liquidou R\$ 9,4 bilhões até 30 de julho. Foram pagos R\$ 8,8 bilhões do orçamento de 2014. Os restos a pagar pagos somaram, aproximadamente, R\$ 24,1 bilhões. Restam R\$ 43,4 bilhões em restos a pagar não pagos nos projetos do PAC Orçamentário.

10. Execução do Orçamento das Estatais (MPOG) (Tabela V)

Em 2014, as empresas estatais e agências de fomento apresentaram dotação autorizada para investimentos no valor de R\$ 106 bilhões. Foram executados, até o terceiro bimestre, investimentos no valor de R\$ 45 bilhões, equivalentes a 42% da dotação autorizada para 2014. Esse valor foi 4% inferior ao desembolsado em 2013, no mesmo período.

Em relação às Estatais vinculadas ao Ministério de Minas e Energia, a dotação de investimentos para 2014 foi de R\$ 94,3 bilhões. As despesas totais realizadas foram de cerca de R\$ 42 bilhões, o que representa uma execução de 44% do autorizado e 93% do total executado pelas Estatais.

Entre as empresas estatais, o Grupo Petrobras concentra 80% da dotação autorizada para as Estatais em 2014 e respondeu por 88% da despesa realizada até o terceiro bimestre do ano, num total de R\$ 39 bilhões (execução de 46% de sua dotação).



ANEXOS

Tabela I - Execução Orçamentária da União - OGU 2014 Investimentos - Por Órgão Superior

Valores em final de período - atualizados até 30/07/2014*

R\$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Presidência da República	1.770	393	22	55	3	55	3	262	318	711
MAPA	1.215	372	31	6	0	3	0	564	567	854
MCTI	1.364	419	31	273	20	124	9	397	521	796
MDIC	168	37	22	17	10	17	10	33	49	54
MME	146	172	118	51	35	50	34	56	106	30
M. Transportes	15.901	7.509	47	1.627	10	1.243	8	4.711	5.954	8.202
M. Comunicações	121	15	13	2	1	2	1	60	61	98
MMA	183	59	32	7	4	7	4	62	69	67
MDA	686	308	45	33	5	22	3	2.797	2.819	1.538
M. Defesa	9.401	5.743	61	1.708	18	1.670	18	4.802	6.472	2.677
M. Int. Nacional	7.579	2.464	33	453	6	321	4	1.600	1.922	4.791
M. das Cidades	9.891	2.348	24	174	2	174	2	1.599	1.773	12.729
Outros**	35.421	13.628	38	1.931	5	1.743	5	9.811	11.554	24.730
Total	83.848	33.468	40	6.336	8	5.431	6	26.755	32.186	57.278

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

Tabela II - Execução Orçamentária do Ministério dos Transportes - OGU 2014 Investimentos - Por Modalidade

Valores em final de período - atualizados até 30/07/2014*

R\$ milhão

Modalidade	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Ferroviário	2.738	1.654	60	526	19	505	18	611	1.116	716
Hidroviário	232	145	62	2	1	2	1	18	20	325
Portuário	0	9	0	0	0	0	0	10	10	10
Rodoviário	12.172	5.555	46	1.069	9	712	6	3.924	4.636	6.748
Outros	760	146	19	30	4	25	3	147	172	404
Total	15.901	7.509	47	1.627	10	1.243	8	4.711	5.954	8.202

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

^{*} Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

^{**} Inclui Câmara dos Deputados, Senado, TCU, STF, STJ, Justiça Federal, Justiça Militar, Justiça Eleitoral, Justiça do Trabalho, Justiça do DF e Territórios, Ministério Público da União, Ministério do Planejamento, Ministério da Fazenda, Ministério da Educação, Ministério da Uustiça, Ministério da Previdência Social, Ministério da Relações Exteriores, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e do Emprego, Ministério da Cultura, Ministério do Esporte, Ministério do Desenvolvimento Social.

Valores menores que R\$ 1milhão não estão descritos na tabela.

^{*}Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.



Tabela III - Demonstrativo dos Restos a Pagar Inscritos em 2014

Restos a Pagar Processados

Valores em final de período - atualizados até 30/07/2014*

R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	472	-1	400	72
União	7.676	-263	3.933	3.480

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

Restos a Pagar Não-Processados

Valores em final de período - atualizados até 30/07/2014*

R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	13.639	-1.198	4.311	8.130
União	79.186	-2.566	22.822	53.798

^{*} Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

^{*} Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.



Tabela IV - Execução Orçamentária da União - OGU 2014 PAC - Por Órgão Superior

Valores em final de período - atualizados até 30/07/2014*

R\$ milhão

raioros om imar as porioso	aldanizadoo ale	00,01,201								ιφασ
Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Presidência da República	3.961	1.333	34	762	19	762	19	835	1.597	694
M. Planejamento	2	1	38	0	15	0	15	0	0	0
MAPA	0	0	0	0	0	0	0	243	243	428
MCTI	0	0	0	0	0	0	0	21	22	11
M. Fazenda	80	0	0	0	0	0	0	0	0	80
MEC	6.629	5.759	87	401	6	358	5	2.280	2.638	4.523
MDIC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
M. Justiça	0	1	0	1	0	1	0	4	4	0
M. Minas e Energia	247	269	109	102	41	95	39	151	246	163
M. Saúde	2.410	598	25	243	10	243	10	684	926	3.042
M. Trabalho e Emprego	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0
M. Transportes	14.646	7.675	52	1.649	11	1.262	9	5.074	6.335	8.295
M. Comunicações	101	0	0	0	0	0	0	24	24	8
M. Cultura	166	85	52	7	5	5	3	197	202	349
M. Meio Ambiente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
MDA	38	9	25	1	3	1	3	2.479	2.480	942
M. Esporte	1.394	307	22	27	2	27	2	242	268	1.093
M. Defesa	4.943	4.245	86	1.290	26	1.268	26	2.899	4.166	1.108
M. Integr. Nacional	5.967	2.151	36	420	7	292	5	1.310	1.603	3.007
M. Turismo	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1.578
M. Desenv. Social	643	78	12	35	5	35	5	458	492	289
M. Cidades	21.340	10.388	49	4.455	21	4.454	21	7.259	11.713	17.751
Total	62.573	32.901	53	9.393	15	8.803	14	24.158	32.961	43.364

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

Valores menores que R\$ 1milhão não estão descritos na tabela.

^{*} Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.



Tabela V - Orçamento de Investimentos – 2014 Estatais e Agências de Fomento

R\$ milhão

Por órgão: Ministérios	Dotação	Despesa realizada Até 3º bim.
Minas e Energia	94.324	41.644
Comunicações	1.322	405
Tranportes ¹	0	0
Defesa	9	1
Outros	10.219	2.590
Total	105.873	44.640

1Refere-se	anenas	à Cia	Docas	do M	laranhão i	- CODOMAR

Por Função	Dotação	Despesa realizada Até 3º bim.
Indústria	441	160
Comunicações	1.301	405
Energia	94.183	41.469
Transporte	2.991	853

Fonte: Portaria n.º 12/2014 do MPOG.

Por Subfunção	Dotação	Despesa realizada Até 3º bim.
Produção Industrial	1.073	442
Energia Elétrica	10.057	2.836
Combustíveis Minerais	73.446	35.810
Transporte Aéreo	1.667	620
Transporte Hidroviário	3.070	403
Transportes Especiais	5.349	1.313

Por Unidade	Dotação	Despesa realizada Até 3º bim.
Grupo Eletrobrás	9.871	2.529
Grupo Petrobras	84.452	39.115
Cias DOCAS ²	1.303	686
Infraero	1.670	686

²Despesas alocadas na Secretaria de Portos